



UNIVERSIDADE FEDERAL do CARIRI

ARTIGO:

Análise dos fatores utilizados para análise de crédito destinada à classe C: um estudo empírico em instituições financeiras do município de Juazeiro do Norte.

AUTORES:

GÍMISON LIMA BRITO

Universidade Federal do Cariri

djgimis@hotmail.com

RICARDO TAVEIRA GONÇALVES

Universidade Federal do Cariri

ricardotgoncalves@hotmail.com

SARA RAQUEL

Universidade Federal do Cariri

saraquelg@hotmail.com

PROFESSOR ORIENTADOR:

LARICE SIMONE

Universidade Federal do Cariri

laricesimone@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Análise dos fatores utilizados para análise de crédito destinada à classe C: um estudo empírico em instituições financeiras do município de Juazeiro do Norte.

AUTORES:

GÍMISON LIMA BRITO

Universidade Federal do Cariri

djgimis@hotmail.com

RICARDO TAVEIRA GONÇALVES

Universidade Federal do Cariri

ricardotgoncalves@hotmail.com

SARA RAQUEL

Universidade Federal do Cariri

saraquelg@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar quais os critérios utilizados na concessão de crédito em estabelecimentos bancários, na cidade de Juazeiro do Norte, para pessoas físicas e jurídicas classificadas na classe econômica “C”. Para cumprir com este objetivo, realizou-se uma pesquisa buscando verificar o procedimento das regras de limite com base em variáveis qualitativas e quantitativas, possibilitando identificar como as principais instituições bancária da referida cidade promovem seus créditos para a nova classe média. O trabalho propõe-se demonstrar quais as principais variáveis utilizadas na determinação do limite de crédito e como elas podem influenciar o nível de crédito praticado. O estudo também abrange a viabilidade de aplicação dos métodos bancários de análise de crédito com os índices de crédito de seus clientes. Os autores ressaltaram conceitos importantes do Sistema Financeiro Nacional em particular das instituições financeiras com ênfase nos parâmetros do crédito. Pelo estudo realizado, foi possível constatar que a utilização das variáveis para determinação de limite de crédito as pessoas da classe C proporciona uma melhor adequação do limite disponível ao real perfil do cliente.

Palavras chave: Análise de crédito. Instituições financeiras. Crédito. Classe C.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

1. INTRODUÇÃO

O crédito tem se tornado um importante instrumento na operacionalização das atividades entre pessoas físicas e jurídicas. As classes econômicas ganharam desenvoltura e proporcionaram um crescimento significativo para o Brasil. As empresas perceberam que a nova classe média emergiu e ganhou poder de crédito.

As instituições bancárias obtém grande parte de seus lucros através da concessão de créditos a pessoas físicas, mas para a otimização dos procedimentos financeiros e econômicos, faz-se necessário uma análise de crédito dos clientes com o propósito de dimensionar a capacidade de pagamento e a legitimidade de suas necessidades.

Tal fato se justificou pela relevância que a nova classe média representa para estas instituições e pela necessidade de se ter, a cada dia, critérios mais precisos para a análise e concessão de crédito. Uma visão global dos riscos inerentes ao processo aliada a uma análise mais criteriosa, que leve em consideração variáveis internas e externas contribui para uma carteira de crédito mais rentável, com menor índice de inadimplência e, consequentemente uma maior contribuição para a formação do resultado das instituições financeiras e para o desenvolvimento do país.

O estudo das variáveis para concessão de crédito, bem como as razões que levam as instituições a serem mais ou menos flexíveis em valores, prazos e taxas são algumas questões imprescindíveis para tal estudo. Juntamente com estas, cabe enfatizar os riscos inerentes a cada setor; e responder à questão relacionada à identificação do limite de crédito para pessoas físicas que apresentam índices mais elevados de inadimplência.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analizar os critérios e o processo de análise de crédito para a classe C nas instituições financeiras da cidade de Juazeiro do Norte – CE.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como ocorre início da relação bancária com novos clientes;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

- Apresentar os critérios que constituem o crédito;
- Identificar a existência de semelhanças entre as instituições financeiras públicas e privadas perante a análise de crédito;
- Analisar os procedimentos burocráticos para a análise de crédito nas instituições financeiras.

1.3 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a recente ascensão brasileira diante das crises econômicas mundiais, a economia do país foi destaque e referência para muitas nações aos se sobressair dos imprevistos econômicos que abalou muitos países.

Diante de um mercado abalado com a instabilidade econômica, o Banco Central do Brasil tomou medidas para resguardar os bancos brasileiros dos riscos de inadimplência, medidas as quais, tiveram um impacto diretamente na forma de análise na concessão de crédito das instituições para as pessoas físicas quanto para as pessoas jurídicas.

As classes sociais estavam e ainda estão diretamente relacionadas com o fato, em especial a classe C promoveu um alto índice de consumo e consequentemente conseguiu grandes incentivos de crédito para auxiliarem na proposta de crescimento.

A visão da necessidade de um maior crédito para a nova classe média fez com que instituições financeiras avaliassem suas articulações e renovassem os critérios para promover melhor a oportunidade do crédito para as pessoas classificadas nessa classe social.

Por conta dessa oportunidade para a classe C, faz-se necessário analisar melhor o comportamento das principais fontes financeiras para esses brasileiros: os bancos. Avaliar quais os procedimentos, a documentação e as diversas burocracias existentes nessa intermediação banco X cliente torna-se algo importante e fundamental para o conhecimento de poupadore e tomadores, cujos necessitam ser analisados perante o crédito que dispõe para concretizar um relacionamento inicial com as instituições financeiras.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

1.4 PROBLEMÁTICA

Os maiores rendimentos das instituições financeiras estão ligados aos índices de créditos destinados a clientes de classe média. Para intermediar a necessidade do cliente com a disponibilidade dos bancos é necessária a adoção de políticas de créditos bem estruturadas de acordo com o cenário econômico vivido.

Bancos do porte do Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Itaú têm suas políticas de crédito embasadas em variáveis confiáveis da economia?

Ao adotarem a análise de crédito para a classe C, as instituições financeiras agem de modo correto e de acordo com o perfil dos clientes dessa categoria?

Os processos de análise de crédito segue uma estrutura padrão entre as instituições financeiras da cidade de Juazeiro do Norte?

1.5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Prestes (2012, p. 46) propõe três critérios básicos de tipos de pesquisa: quanto aos objetivos, quanto à forma de estudo e quanto ao objeto. O primeira tipo de pesquisa, divide-se em teórica, metodológica, empírica e prática. Por sua vez, a segunda, exploratória, descritiva e explicativa. Quanto ao objeto tem-se a bibliográfica, experimental e de campo.

A pesquisa realizada para a execução deste artigo científico detém a pesquisa empírica quanto aos objetivos; descritiva quanto à forma de estudo e quanto ao objeto realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

“O sistema financeiro é um conjunto de instituições que se dedicam [...] ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para manutenção de um fluxo de recursos entre poupadore e investidores” (Fortuna 2010, pg.16).

As unidades econômicas passam a apresentar balanços em desequilíbrio, existindo assim, uma maior necessidade de canais por onde os montantes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

solicitados se dirijam aos investimentos e as necessidades planejadas. O Sistema Financeiro Nacional surgem com a premissa de equilibrar os balanços econômico-financeiros.

Podemos entender o sistema financeiro como sendo um fundo no qual as unidades deficitárias retiram recursos enquanto as superavitárias os depositam.

Dessa forma o sistema financeiro assume uma função crucial quando se trata de avaliar o desempenho de uma determinada economia, uma vez que para impulsionar esse crescimento, é necessário que de fato esteja disponíveis meios de pagamentos condizentes a demanda por moeda pelos investidores, com custos compatíveis, acesso fácil e seguro (GONÇALVES, 2007).

2.1.2 ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.

De acordo com Assaf Neto (2008), o Sistema Financeiro Nacional (SFN) foi estruturado pela lei da reforma bancária em 1964, a lei de mercado e capitais em 1965 e pela lei da criação de bancos múltiplos em 1988. Onde fazem parte do sistema toda instituição financeira, pública ou privada, existente no país.

O SFN é composto por órgãos normativos, entidades supervisoras e instituições operadoras (Lagioia, 2011). Como demonstra a figura 1.

Órgãos Normativos	Entidades Supervisoras	Operadoras		
		Instituições financeiras capitadoras de depósito a vista	Demais Instituições financeiras e bancos de câmbios	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros
Conselho Monetário Nacional (CMN)	Banco Central do Brasil (Bacen)	Instituições financeiras capitadoras de depósito a vista	Demais Instituições financeiras e bancos de câmbios	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros
	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Bolsa de mercadorias e futuros	Bolsa de valores	
Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Superintendência de Seguros Privados (Susep)	Resseguradoras	Sociedade Seguradoras	Sociedades de capitalização e Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)	Entidade fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão)		

Figura 1: Composição do SFN. Fonte: Lagioia. 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

O Bacen é o principal órgão do poder executivo das políticas traçadas pelo conselho monetário nacional, sendo dessa forma o órgão fiscalizador de todo Sistema Financeiro Nacional. Dentre suas principais atribuições estão: fiscalizar as instituições financeiras; conceder autorização as instituições financeiras no que se refere a funcionamento, instalação ou transferências de suas sedes ou pedidos de fusão ou incorporação; executar a emissão de dinheiro e controlar a liquidez de mercado, entre outros (Assaf Neto, 2008).

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é responsável por fixar as diretrizes e normas de políticas de seguros, tendo como principal objetivo regular e fiscalizar a orientações básicas para o funcionamento desse sistema (Fortuna, 2010). De acordo com Lagioia (2011), ele é formado pelo ministro da fazenda (presidente), representante do Ministério da justiça, representante do ministério da Previdência Social, superintendente da superintendência de Seguros Privados, representante do Bacen e representantes da comissão de Valores Imobiliários.

O conselho Nacional da Previdência Complementar, que é um órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social, cuja função é regular, normatizar, e coordenar as atividades das Entidades Fechadas da previdência Complementar.

Dessa forma as instituições operadoras do sistema financeiro são as entidades públicas e privadas que garantem a prática das ações financeiras e que operam para satisfazerem seus lucros seguindo as normas dos superiores. São exemplos de instituições operadoras: as Instituições financeiras captadoras de depósito à vista; Bolsas de valores; Sociedades seguradoras e etc.

2.2. SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Silva (2010) relata que no Brasil as instituições financeiras surgiram em meados do século XIX. Com uma população necessitada de transições mercantis, os bancos comerciais foram as primeiras instituições financeiras que atenderam as atividades urbanas primárias e de exportações daquela época. Comissários, aviadores, casas de importação e exportação também atendiam de forma satisfatória as atividades de crédito da economia brasileira.

Ainda de acordo com Silva (2010), até meados do século XX o Banco do Brasil era o único banco que possuía políticas de coordenação e fiscalização



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

financeira no país. O mesmo autor ressalta que a partir de 1930, o Banco do Brasil foi efetivado como agente do Governo, e passando a coletar impostos e tributos, efetuar pagamentos e sendo depositário do Tesouro Nacional.

Nas décadas de 50 e 60, com a criação do BNDES, do Sistema Financeiro da Habitação, do Banco Nacional da Habitação e da Conselho Monetário Nacional, o país passa por um novo ciclo econômico e o Sistema Financeiro Nacional passa a ser regulamentado através do Banco Central e do CMN, que tornam-se os principais órgãos do sistema. Nessa mesma época surgiram o Banco do Nordeste do Brasil, Banco de Crédito da Amazônia, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul a fim de intensificar e melhorar o regimento econômico-financeiro brasileiro (BACEN 2009).

3. CATEGORIAS SOCIAIS NO BRASIL

As categorias econômicas, no Brasil, são medidas pelo Critério de Classificação Econômica do Brasil (CCEB), cujo é uma unidade que classifica os consumidores em categorias que avaliam o potencial de compra familiar e renda.

O CCEB (Critério de Classificação Econômica do Brasil) tem como função estimar o potencial de compra das famílias e segmentar o mercado em classes sociais. Este critério foi atualizado em janeiro de 2003 e tem como parâmetros a atribuição de pontos à quantidade de determinados itens que o cidadão possui, ou seja, o critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e realiza a soma destes pontos. É feita então uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidas por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E. Os itens, o grau de escolaridade bem como a pontuação atribuída, segundo este método, fica distribuído da seguinte maneira conforme a figura 2:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Posse de itens		Quantidade de Itens					
		0	1	2	3	4 ou +	
Televisão em cores		0	1	2	3	4	
Rádio		0	1	2	3	4	
Banheiro		0	4	5	6	7	
Automóvel		0	4	7	9	9	
Empregada mensalista		0	3	4	4	4	
Máquina de lavar		0	2	2	2	2	
Videocassete e/ou DVD		0	2	2	2	2	
Geladeira		0	4	4	4	4	
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)		0	2	2	2	2	
Grau de Instrução do chefe de família							
Nomenclatura Antiga		Nomenclatura Atual					
Analíabeto/ Primário incompleto		Analíabeto/ Até 3ª série Fundamental/ Até 3ª série 1º. Grau					0
Primário completo/ Ginásial incompleto		Até 4ª série Fundamental / Até 4ª série 1º. Grau					1
Ginásial completo/ Colegial incompleto		Fundamental completo/ 1º. Grau completo					2
Colegial completo/ Superior incompleto		Médio completo/ 2º. Grau completo					4
Superior completo		Superior completo					8
<u>CORTES DO CRITÉRIO BRASIL</u>							
Classe	Pontos						
A1	42 - 46						
A2	35 - 41						
B1	29 - 34						
B2	23 - 28						
C1	18 - 22						
C2	14 - 17						
D	8 - 13						
E	0 - 7						

Figura 2: Classificação econômica dos consumidores brasileiros. Fonte: ABEP (2011).

De acordo com o sistema CCBE, a classificação procura dados profissionais das pessoas segundo sua classe social.

Nessa classificação observa-se que as pessoas que constituem a classe A (renda familiar superior a R\$ 14.500,00 ou mais) atingem a pontuação máxima entre as classes, cuja, encontram-se banqueiros, empresários, políticos (de cargos de alto escalão), grandes agricultores, diretores de empresas nacionais e multinacionais, e recentemente os técnicos científicos ligados a área tecnológica e de telecomunicações já se enquadram na maior classe econômica do país.

A classe B (renda familiar entre R\$ 7.250,00 e R\$ 14.499,99) é uma categoria inferior a anterior, mas com um poder econômico significativo variando entre 15 salários mínimos e é representado principalmente por profissionais como bancários, escriturários de grandes empresas, médicos, profissionais liberais e autônomos.

A classe C (renda familiar entre R\$ 2.900,00 a R\$ 7.249,99) aparece em seguida constituída por pessoas com aproximadamente 4 a 10 salários mínimos e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

constituída principalmente por professores, enfermeiros, profissionais com especializações técnicas, viajantes, comerciantes em geral, além de pessoas físicas com uma renda considerada mediana.

Os brasileiros da classe D (renda familiar entre R\$ 1.450,00 a R\$ 2.899,99) são os trabalhadores da construção civil, as empregadas domésticas, os trabalhadores rurais e o trabalhador autônomo de pequeno porte (costureira, faxineira, encanador), que fazem parte do trabalho informal e etc., com uma renda de aproximadamente 2 a 4 salários mínimos.

A classe E (renda familiar até R\$ 1.449,99) é a ultima classe social da classificação econômica dos brasileiros. As pessoas da classe E recebem até 2 salários mínimos e é uma categoria com um grande índice de pobreza.

3.1 CLASSE C: A NOVA CLASSE MÉDIA

Já se tornou visível como o Brasil cresceu economicamente ultimamente. As grandes empresas, a política, os incentivos e a resistência diante das crises fizeram grande parte nesse desenvolvimento. Mas ascensão brasileira revelou, para uma determinada classe econômica, o seu valor para a economia e poder consumidor que possuíam.

De acordo com Batistela *et. al.* (2009), o brasileiro da classe C, nas últimas décadas, deixou de ser visto como um mero coadjuvante e tem ocupado um papel cada vez maior na economia do país.

Flauzino (2008, s/p) afirma que num novo cenário econômico brasileiro, a classe C consome mais e com qualidade e o abismo social tem ficado menor. A visão de “rico cada vez mais rico e pobre cada vez mais pobre” não é mais inquestionável e pela primeira vez na história a renda da classe C aumenta mais que das classes A e B.

O mesmo autor explica que graças ao crédito, o consumidor das classes “menos favorecidas” mostra que tem grande potencial. O Brasil não deixou de ser um dos piores países em distribuição de renda, mas depois de quase uma década e meia de aumento do abismo social, uma transformação sutil porém importante vem ocorrendo, no sentido oposto.

Segundo dados da pesquisa Datafolha/nov. 2013, a classe C já está representando mais de 53% da população brasileira e até o final de 2014 ultrapassará os 57%. Diante dessa pesquisa e de outros dados, Batistela *et. al.*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

(2009) afirma que a classe C tem mudado drasticamente seus hábitos de consumo e está no topo das estratégias de grandes empresas e do setor econômico do país.

4. CRÉDITO

Crédito é a disposição que alguém tem de ceder, temporariamente, parte de seu recurso para um terceiro, com a expectativa de que esse valor volte a sua posse de forma integral decorrido do tempo estipulado (Schrickel, 2000).

De acordo com Nunes (2009) o crédito é o direito que o cedente (credor) adquire através de uma entrega de dinheiro a um terceiro (devedor) no intuito de receber em data futura, em uma única ou em varias prestações, o dinheiro cujo valor seja igual ao valor entregue inicialmente, acrescida do juro fixado pelo período.

A função primordial do mercado de créditos é suprir as necessidades de curto e médio prazo a diversos agentes econômicos, podendo ser concessão de créditos a pessoas físicas ou empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas (Assaf Neto 2008). De acordo com o mesmo autor as instituições que concedem crédito a pessoas físicas e jurídicas, são os bancos comerciais, no qual executam operações de crédito de curto prazo atendendo as necessidades de recursos de capital de giro das pessoas ou empresas.

4.1 ANÁLISE DE CRÉDITO

Para que ocorra a liberação de crédito por parte de uma instituição financeira o cliente tem que passar antes por uma análise de crédito, que segundo Blatt (2002) consiste em um estudo global da situação do devedor, demonstrando de maneira clara e objetiva o desempenho econômico do cliente, caracterizando assim uma ferramenta fundamental para a concessão do empréstimo.

Dessa forma podemos dizer que o seu principal objetivo da análise de crédito é identificar os riscos existentes nas informações dos clientes diminuindo ao máximo o risco da operação.

Romulo (2012), afirma que a utilização dos parâmetros dos 5 “Cs” do crédito fazem parte das boas práticas bancárias para a análise das propostas de crédito. O mesmo autor ressalta que esses parâmetros permitem avaliar de forma objetiva e subjetiva as propostas e que começam com a letra C.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

As atividades de concessões de crédito foram evoluindo e na mesma velocidade os critérios de análise, tanto que para Gitman (1997) o processo de concessão de crédito pressupõe uma análise tendo por base os 5 “C’s” do crédito a saber:

- a) Caráter, que para Silva (1997) constitui-se da intenção do cliente em honrar fielmente os compromissos assumidos perante a instituição de crédito, muito embora, quando o cliente não o faz, não necessariamente ele o esteja fazendo por falta de intenção de quitar suas dívidas, mas de imprevistos ou situações que escaparam ao seu controle, daí a importância do adequado levantamento de informações no momento da análise e acompanhamento, no sentido de dar tratamento diferenciado para cada tipo de cliente.
- b) Capacidade, ainda segundo Silva (1997) refere-se a “habilidade dos indivíduos em gerir seu negócio, a fim de gerar lucro e pagar obrigações”, demonstrando assim este aspecto da análise está muito mais ligado a competência do gerenciamento do negócio do que ao comprometimento do orçamento com o pagamento do crédito obtido.
- c) Capital, que segundo Blatt (1999) constitui-se a origem dos recursos para pagamento do crédito solicitado, analisando frequência, constância, volume e a relação receita-despesa do cliente.
- d) Colateral, conceituado por Silva (1997) como “ a capacidade da empresa de oferecer ativos complementares para garantir segurança ao crédito solicitado”. Conhecida também como garantias acessórias, que são garantias que os clientes oferecem como forma de minimizar os riscos de inadimplência e da perda parcial ou total do pagamento, como bens móveis e imóveis;
- e) Condições, que Berni (1999) afirma serem fatores econômicos e setoriais que podem aumentar ou diminuir o risco da concessão. Geralmente relacionados a fatores externos sobre os quais a pessoa não tem controle, como aspectos políticos, econômicos, sociais, clima, vegetação, taxa de inflação, taxa de juros, entre outros.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

4.2 POLÍTICA DE CRÉDITO

Políticas são instrumentos determinantes de padrões decisórios para problemas semelhantes (Oliveira, 2010).

Para Silva:

Os bancos, em geral, tendem a ter critérios rigorosos na concessão de crédito, pois o prejuízo decorrente do não-recebimento (incobrável), numa operação de crédito, representará a perda do montante emprestado, o que difere de uma empresa comercial ou industrial que opere com uma margem de lucro 40 ou 50%. Cabe, ainda, enfatizar que a política de crédito de um banco comercial, compreende o estabelecimento de taxas de juros, prazos, garantias e nível de risco relacionados a cada tipo de operação. Outro fator relevante, na política de crédito de um banco comercial, é a política econômica do governo, que através do Banco Central do Brasil, implementa suas diretrizes que vão desde o controle dos meios de pagamento até a fixação de linhas de crédito subsidiadas com vistas ao incentivo às exportações, à agricultura ou mesmo à pequena e média empresa [...]. (SILVA, 1983, p. 35-36).

Já para Schrickel (2000, p.33), “a política de crédito deve ser lúcida, flexível e pragmática, ou seja, realista em relação ao mercado, mutável ao longo do tempo, e auxiliadora da concretização dos negócios”.

Portanto, sabe-se que toda empresa ou pessoa física vive dos resultados dos negócios, sejam eles produtos ou serviços, ou mesmo, do empréstimo realizado; e o resultado somente retornará se o devedor cumprir com as suas obrigações.

4.3 LIMITE DE CRÉDITO

Oliveira (2012. p.26) ressalta que as instituições financeiras precisam ter modelos e critérios diferenciados para cada cliente, uma vez que as necessidades são diferentes. O mesmo autor continua indagando que não faz sentido o banco tratar um financiamento de R\$ 500.000,00 da mesma forma que trata um de R\$ 500,00, pois em caso de inadimplência o impacto que um apresenta é infinitamente maior do que no outro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

A viabilidade da análise de crédito segue um raciocínio prudente, onde para cada segmento de empresa e tipo de cliente será oferecido as linhas de crédito que mais se enquadrem na realidade dessas pessoas e dessas empresas.

5. RESULTADO E DISCURSÕES

5.1 COMPOSIÇÃO DE CADASTROS E PROCESSOS

O primeiro passo para efetivar o acesso às linhas de crédito das instituições financeiras é necessário de que o cliente já mantenha um cadastro com o banco. A análise cadastral leva em consideração todos os dados pessoais do tomador. Na avaliação realizada no Banco Itaú e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), exige-se o comparecimento do cliente a uma das agências e este deve expor as pretensões quanto as linhas de crédito que pretende solicitar.

A etapa inicial da análise de crédito é denominada também como uma entrevista inicial, cuja solicita informações preliminares capazes de conduzir à real necessidade do cliente, ou seja, realiza-se uma espécie de consulta prévia com o objetivo de identificar superficialmente o interesse do cliente para com o banco.

Os documentos de identificação e a situação legal dos mesmos são solicitados e analisados pelas duas instituições. É feita uma pesquisa sobre a idoneidade dos clientes no mercado, por meio de consultas aos órgãos de proteção ao crédito, consulta regularidade do CPF e/ou CNPJ na base de dados da receita federal, verificação da situação pessoal no mercado consumidor, confirmação de referências pessoais, comprovação de endereço dentre outros. O Banco Itaú exige um depósito mínimo no valor de R\$ 50,00 para a abertura da conta corrente ou conta salário; e o cadastramento em ambas instituições é realizado no momento abertura da conta corrente ou conta salário, que gerará um faturamento mensal no sistema dos limites disponíveis em cada período para um cliente específico, dependendo da movimentação da conta e dos valores depositados. Em caso da pessoa jurídica, esta não precisa de cadastro, apenas de comprovante de faturamento dos três últimos meses além dos documentos acima descritos.

Santos (2009, p. 55) considera que esta análise cadastral constitui requisito fundamental para a determinação do valor do crédito, prazo para amortização, taxa de juros e, se necessário, reforço ou vinculação de novas garantias.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Nessa oportunidade, o gerente prestará informações sobre a fonte de recursos que poderá viabilizar o negócio, os itens financiáveis, a participação financeira do Banco, garantias, prazos e carência da operação, dentre outras.

5.2 ANÁLISES DE RELACIONAMENTO

A análise do relacionamento busca evidenciar a existência de alguma relação do cliente com algum banco e se nessa relação houve a utilização de empréstimos ou financiamentos, onde foi efetivada tal relação, o tipo de relacionamento existente e qual foi a pontualidade na amortização e no cumprimento de outras obrigações.

Quando a concessão se destina a já clientes do banco ou instituição financeira, o relacionamento do cliente é relevante para ambas instituições.

As instituições pesquisadas faz uso de análises não só bancárias, mas também relações comerciais a fim de intensificar as informações e minimizar os possíveis riscos da relação.

O relacionamento não se configura como um critério obrigatório para a análise de crédito, mas a existência deste aproxima as relações bancárias para o cliente.

Visando prevenir o risco dos bancos nas operações de crédito, o Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 2682, criou uma escala classificatória de risco dos clientes (figura 3), que determina o provisionamento que os bancos devem fazer de acordo com os níveis de risco de inadimplência identificados em relações já existentes.

Dias de atraso	Nível de Risco	% de Provisão
0	AA	0,00
1 a 14	A	0,50
15 a 30	B	1,00
31 a 60	C	3,00
61 a 90	D	10,00
91 a 120	E	30,00
121 a 150	F	50,00
151 a 180	G	70,00
Superior a 180	H	100,00

Figura 3: Escala classificatória relação com dias de atraso, risco e níveis Fonte: BACEN, 1999.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Oliveira (2012. p. 28) ressalta que “a vantagem do uso da tabela diz respeito a possibilidade e liberdade dos credores de cobrar preços e juros compatíveis com o risco de cada um.

Além dessa ferramenta que analisa o relacionamento dos tomadores da classe C, tem-se também o sistema eletrônico do Banco Central do Brasil, o SISBACEN (Sistema de Informações do Banco Central do Brasil), cujo possibilita monitoramento e fiscalização sobre o mercado e ainda, auxilia os analistas para análises de crédito dos clientes.

5.3 ANÁLISE PATRIMONIAL

A análise patrimonial consistente nos bancos em questão, refere-se a pesquisa de vinculação de bens patrimoniais, sejam estes móveis, imóveis ou semoventes, em nome do cliente.

Em caso de bens móveis, em ambos os bancos, o cliente deve declarar o tipo de bem (veículo e/ou máquina), a marca e o ano de fabricação além de ressaltar o valor e a quantidade de bens. Sendo estes bens imóveis, deve apresentar as documentações comprovando a localização, o tipo e o valor declarado. Ao se tratar de semoventes, o tomador deve apresentar documentos comprovando o tipo e a raça do animal, a quantidade e o valor declarado.

Na análise das instituições, o banco privado não faz tantas exigências quanto a garantias em nome do cliente, e um dos motivos ressaltados pelo gerente da agência é o fator atrativo, uma vez que maiores burocracias para essa classe causando o desinteresse e afastamento do cliente do banco. Já o banco público é ligeiramente mais exigente, mas não tão diferente a análise de relacionamento, os bancos não exigem vinculações de bens para a realização da análise de crédito inicial, mas segundo Oliveira (2012. p. 29) “para cliente com um risco maior, a vinculação de bens patrimoniais pode ser uma boa alternativa para reduzir seu risco”.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

5.4 ANÁLISE DE NEGÓCIOS

Oliveira (2012) afirma que existirá uma análise de negócio quando o cliente apresenta uma comprovação de renda sem vínculo de emprego, ou seja, de profissionais liberais, empresários e autônomos, os analistas de crédito devem averiguar as informações. Para tanto, podem se utilizar de informações cadastrais, de idoneidade e financeiras.

Diante das instituições financeiras analisadas, o critério de análise de negócio destina-se para indivíduos com vínculo empresarial onde é analisado o faturamento dos três últimos meses para ambos os bancos.

O Banco do Nordeste do Brasil exige um balanço dos seis últimos meses, enquanto o Banco Itaú necessita do balanço e a movimentação comercial dos três últimos meses da empresa para constituir o limite de crédito.

5.5 PARÂMETROS PARA ESTABELECER O LIMITE DE CRÉDITO

Segundo Oliveira (2012) apresentar comprovantes de rendimentos, comprovantes de documentação e declaração de imposto de renda, não é suficiente para determinar o valor e linha de crédito para o cliente. A análise de crédito percorre alguns fatores determinantes para o cálculo do limite de crédito do tomador.

A partir do perfil das pessoas da classe C, os bancos automaticamente criam um sistema de pontuação que qualificam seus clientes de acordo com os resultados do cadastramento e entrevistas iniciais. Oliveira (2012) conceitua que existem séries de arbitragens para avaliar o potencial de crédito dos clientes.

Os bancos pesquisados utilizam de várias arbitragens que calculam desde os valores para compra de bens quanto a arbitragem para o percentual do quanto o cliente pode usufruir com base nas garantias oferecidas.

Para financiar algo pelo sistema financeiro de habitação, por exemplo, há uma série de perguntas que devem ser respondidas relacionadas a gastos mensais do cliente com educação, saúde, transportes, alimentação, aluguel, pensão, e ainda, há uma pesquisa em todo o sistema financeiro sobre o cliente, se ele possui compromissos e se os honra, pois se trata de uma situação mais delicada com quitação em longo prazo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abrangência do estudo levou a considerar os critérios para análise de crédito perante as instituições financeiras e como cada banco analisado aborda a relação com as pessoas de classe C. Pode-se também concluir que os bancos públicos e privados possuem algumas semelhanças nas análises de créditos, mas não há um padrão para uma política de análise de crédito entre as instituições financeiras, pois cada um pode delimitar as exigências para tal análise uma vez que o Banco Central do Brasil regulamenta os possíveis processos abusivos.

O estudo revela também que os critérios utilizados para a análise de crédito não fogem da realidade do perfil da classe C, ou seja, a burocracia exigida pelos bancos pode ser suficientemente respondida pelos clientes dessa categoria uma vez que as informações que devem ser repassadas para análise de crédito estão ao alcance.

As concessões (ou não) de crédito são realizadas através da análise de documentos e informações do cliente no passado, dados referente a garantias e rendas em nome do cliente e relações existentes com outras instituições financeiras e mercado comercial para averiguar a idoneidade do tomador; ou seja, baseadas na sua história, rendimentos e outros fatores, quanto melhores forem as informações disponíveis, melhores são as condições de limite e linhas de crédito.

7. REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 8º ed. São Paulo. Atlas. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxas de juros de operações de crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/tx012020.asp>>. Acesso em 26 mar. 2014.

BLATT, A; Avaliação de Risco e Decisões de Crédito: um enfoque prático. 1. ed. São Paulo: Nobel. 2000.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. Rio de Janeiro. Qualitmark. 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira. 7. ed. São Paulo: Habra, 1997.

LAGIOIA, Umberlina Cravo Teixeira. Fundamento de mercado de capitais. 3º ed. São Paulo. Atlas. 2011.

NUNES, Luis Antonio Rizzato. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. Métodos utilizados para análise de crédito de pessoa física nas instituições financeiras e sua relação com o índice de inadimplência. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/natalia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 4. ed. São Paulo: Rêspel. 2012. 312 p.

ROMULO, Rende. Manual de atendimento individual: Acesso a serviço Financeiro. Brasília. SEBRAE. 2012.

SANTOS, José Odálio dos. Análise de Crédito: Empresas, Pessoas Físicas, Agronegócio e Pecuária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SHRICKEL, W. K. Análise de crédito: Concessão e gerência de empréstimos. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2000.

SILVA, José Pereira Pereira de. Administração de crédito e previsão de insolvência. São Paulo. Atlas. 1983.